

LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENFRENTAMENTOS DA LEDOC DIANTE DO CONTEXTO NEOLIBERAL

Danielle Nayra de Moraes
Programa de pós-graduação em educação- PPGE/UFPI
dannymorais1996@gmail.com

Resumo

Considerando contribuir com a discussão a respeito dos desafios das Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC), este artigo tem como objetivo analisar como as disputas neoliberais incidem no desenvolvimento e continuidade das Licenciaturas em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Busca-se compreender como o neoliberalismo impacta as Licenciaturas em Educação do Campo da UFPI. A metodologia utilizada é a abordagem qualitativa e a pesquisa do tipo bibliográfica e documental. Como instrumentos de pesquisa, utilizamos os editais de seleção da LEdoC, as leis que versam sobre as licenciaturas em Educação do Campo, enquanto documentos, além de autores que são referências em Educação do Campo e que discutem o neoliberalismo. Evidenciando o desmonte financeiro, desestruturação e esvaziamento das LEdoC's, as desigualdades educacionais permeadas pelo neoliberalismo capitalista, a precariedade do ensino e a minimização do paradigma da Educação do/no Campo.

Palavras-chave: Licenciatura em Educação do Campo; Neoliberalismo; Desmonte Financeiro; Baixo Ingresso.

Abstract

Considering contributing to the discussion on the challenges faced by Rural Education Degree Programs (LEdoC), this article aims to analyze how neoliberal disputes affect the development and continuity of Rural Education degree programs at the Federal University of Piauí (UFPI). The study seeks to understand how neoliberalism impacts the Rural Education degrees at UFPI. The methodology used is a qualitative approach, with bibliographic and documentary analysis as the research type. As research instruments, we used LEdoC selection notices, the laws regulating rural education degree programs, as well as authors who are key references in the field of rural education and who discuss neoliberalism. The analysis highlights the financial dismantling, disorganization, and weakening of LEdoC programs, the educational inequalities permeated by capitalist neoliberalism, the precariousness of education, and the undermining of the rural education paradigm.

Keywords: Rural Education Degree Program; Neoliberalism; Financial Dismantling; Low Enrollment.

1 INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), estabelece no seu artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, dessa forma, o estado passa a ser responsável pela educação pública. No entanto, no contexto do desenvolvimento econômico neoliberal a educação passou a ser vista como um campo de disputa ideológica, econômica e social, isso, porque diferentes grupos e ideologias disputam influenciar qual conhecimento deve ser transmitido, e como, já que a educação é tida como sistema de ensino e aprendizagem que busca moldar a formação do indivíduo, assim, a burguesia e o proletariado lutam por diferentes modelos de educação que atendam a seus interesses. Nas últimas décadas, assistiu-se a diversas transformações nas áreas econômica, política, social e educacional, regidas pelo neoliberalismo.

A Educação do Campo, muitas vezes deixada no esquecimento, passa a ter maior visibilidade através da resistência dos movimentos sociais do campo, que lutam contra a hegemonia das classes dominantes pautadas no neoliberalismo. Neste sentido, Caldart (2015) afirma que a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) não pode ser entendida fora da tríade: campo, educação e política pública, e das relações que elas estabelecem entre si. Com o tempo, essas esferas se consolidaram como fundamentais para compreender a realidade educacional no campo e para organizar a atuação dos diferentes grupos envolvidos na LEdoC. Portanto, é relevante entender como essas esferas se inter-relacionam, o que é essencial para a análise da Educação do Campo.

O acesso ao ensino superior não é apenas resultado das ações do Estado com políticas de inclusão ou ações afirmativas, ele também vem da luta dos movimentos sociais do campo para dar um novo significado à educação. Ou seja, é fruto de um processo histórico no qual os próprios camponeses lutaram pelo direito à educação básica e à entrada na universidade. Essa oportunidade foi construída tanto pela parceria política quanto pelos conflitos entre o Estado e os movimentos do campo (Batista e Silva, 2024).

No entanto, a CF/88, no seu texto, estabelece a atividade econômica baseada na livre iniciativa, como regra geral, o Estado não atuará diretamente na atividade econômica: a atuação direta do Estado como agente produtivo é excepcional, abrindo margem para que a iniciativa privada atue em diversas áreas, seja saúde ou na educação. Diante das tensões e conflitos de ideias e interesses regidas pelo neoliberalismo, apresentamos a seguinte indagação: como as disputas neoliberais influenciam o desenvolvimento e a continuidade das Licenciaturas em Educação do Campo?

Esse artigo tem como objetivo, analisar como as disputas neoliberais impactam o desenvolvimento e continuidade das Licenciaturas em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa bibliográfica e documental. Para uma melhor compreensão sobre as Licenciaturas em Educação do Campo, apoiamos nossos estudos nos editais de seleção das LEdoC's de 2014 a 2025 que tiveram as inscrições efetivadas divulgadas e nas ideias de Caldart (2015), Batista e Silva, (2024), Molina (2015), Arroyo (2007), entre outros, para discutir a emergência das Licenciaturas em Educação do Campo. Além disso, apoiaremos nossa discussão sobre o neoliberalismo em Faleiros (2000), Dardot e Laval (2014).

O texto seguirá a seguinte estrutura: Introdução; Breve contexto histórico, O neoliberalismo nas licenciaturas em Educação do Campo; a emergência das Licenciaturas em Educação do Campo; considerações finais e referências.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

As LEdoCs se configuram como uma conquista dos movimentos sociais por políticas educacionais específicas para as comunidades camponesas para resistir à expropriação de terras e a garantia de direitos da população do campo em período de forte mobilização pela reforma agrária. Surgem como uma conquista significativa dos movimentos sociais do campo, especialmente no contexto das lutas por políticas públicas educacionais específicas, conduzidas por trabalhadores e trabalhadoras camponesas.

Desde o final da década de 1990, a Educação do Campo consolidou-se como um movimento nacional, articulando diferentes sujeitos com interesses sociais comuns, em especial, famílias e comunidades cuja base de vida está no trabalho camponês (Caldart, 2015). A proposta da Educação do Campo assume, portanto, o compromisso com a transformação das desigualdades históricas no acesso à educação por parte das populações rurais, promovendo ações que visam atender seus direitos sociais, segundo Caldart (2015).

Dessa forma, essas licenciaturas, desempenham um papel importante, para a luta de classes, por possuírem intencionalidade política e pedagógica, para, além de disputar as concepções epistemológicas, possui uma visão contra hegemônica, tendo em vista que a Educação do campo se concentra na luta pelo conhecimento produzido pela sociedade camponesa, a defendendo como produtora de saber, ao mesmo tempo que contesta a reprodução do conhecimento dominante da educação pautada no modo capitalista, buscando por um novo projeto de sociedade (Molina, 2014).

Diante desta realidade e conscientes de que a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, lançou o PROCAMPO, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, ao qual a UFPI apoia e adere, assumindo sua função de formadora destarte, as LEdoC's ofertadas pela UFPI, caracterizam-se pela formação de profissionais para atuarem nas Escolas do Campo.

Segundo a UFPI (2013) as LEdoCs são ofertadas em quatro campus: Teresina, Floriano, Picos e Bom Jesus, e têm como foco atender comunidades como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, quilombolas, entre outros, apesar de sua relevância, essas licenciaturas podem estar sob forte ameaça.

3 O NEOLIBERALISMO NAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

O neoliberalismo ao propor a redução da ação do Estado e dos gastos públicos, impacta as Licenciaturas em Educação do Campo de diversas formas, seja no financiamento, através de cortes na educação, especialmente nas universidades públicas, o enfraquecimento da autonomia e identidade camponesa através da despolitização da educação e a modificação da concepção e finalidade da Educação do Campo com a mercantilização da educação, que permeiam os currículos, e que são incompatíveis com a educação do campo que valoriza a formação integral e a coletividade, ainda assim, o Estado liberal justifica suas ações como base para a igualdade de oportunidades, livre acesso aos bens de consumo, e de suas responsabilidades no mercado, quando na verdade ele beneficia as classes dominantes e aumenta as desigualdades (Faleiros, 2000).

As crescentes mudanças na sociedade expressam e sintetizam um ambicioso projeto de reforma ideológica, construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante (Gentili, 1996), que se apresenta pela redução da Política à Economia, incute desconfiança no Estado para legitimar falhas, reduzir a sua atuação e justificar a intervenção neoliberal.

Para Faleiros (2000), a manutenção da economia capitalista, em seu conjunto, implica cada vez mais na submissão do Estado, seja para manter a acumulação de capital, a ordem social, ou para exigir e impor a submissão das forças populares. O mercado de trabalho é administrado politicamente, pois forçando a diminuição do custo da mão de obra as desigualdades são produzidas e as formas de exploração são articuladas (Faleiros, 2000).

Essas formas de exploração estão presentes também no âmbito da educação, presentes nos currículos pautados na competitividade e na meritocracia, na educação pública com foco em avaliações externas e na formação para o mercado de trabalho, o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até na própria conduta dos governados (Laval e Dardot, 2014, p. 17).

As relações de poder, os modos de dominação social e cultural – em termos macro e micro – precisam ser considerados porque efetivamente os processos sociais são controlados pelas relações de poder. Eles são ingredientes na constituição das subjetividades, das identidades. O currículo está imerso em relações de poder implicadas nas relações de classe, etnia, gênero. O próprio currículo constitui relações de poder. Elas não estão apenas no poder da instituição, das pessoas, da legislação, mas naquelas relações que impregnam as rotinas organizacionais, os rituais cotidianos. Daí o realce que se tem dado à cultura da escola, além da cultura na escola. (LIBÂNEO, 2005, p.44)

As relações de poderes presentes nessa nova racionalidade, também atravessam os currículos do ensino superior, ainda que as universidades defendam a liberdade acadêmica e de pensamentos, estão contidas em um sistema político e econômico que rege os currículos determinado, o que, como, e com que objetivo ensinar. Destarte, quais as correlações de poderes contidas nos currículos das licenciaturas em Educação do Campo?

É preciso que os professores e formadores compreendam como o conhecimento escolar se constitui e as relações de poder que permeiam os vários contextos da educação Libâneo (2005), para que haja de fato uma formação de profissionais emancipatória e contextualizada com a realidade da educação, em específico no contexto campesino.

Para Laval e Dardot (2014) “A racionalidade imposta pelo neoliberalismo capitalista, determina um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (p. 17) na qual as populações mais pobres são destinadas às escolas públicas para formação e qualificação para o trabalho, enquanto as classes mais abastadas recebem formação ditas de qualidade nas instituições privadas. “O homem moderno dividiu-se em dois: o cidadão dotado de direitos inalienáveis e o homem econômico guiado por seus interesses, o homem como “fim” e o homem como “instrumento”. (Laval; Dardot, 2014, p. 323).

No contexto da Educação do Campo, a formação de professores que atenda às necessidades e especificidades da realidade da população do campo e que contraste com a realidade da lógica neoliberal que permeia os currículos formativos é um desafio, com isso:

Penso que uma das tarefas urgentes das pesquisas e análises, das políticas e dos currículos de formação é superar a visão tradicional e avançar em outro olhar que leve as pesquisas, teorias, políticas e currículos na direção do que há de mais constante, mais permanente no velho e sempre novo ofício de educar, de humanizar, de formar as mentes, os valores, os hábitos, as identidades, de produzir e aprender o conhecimento. (Arroyo, 1999, p.153)

Assim, as Licenciaturas em Educação do Campo, procuram criar um clima propício ao reencontro com sua identidade, com a valorização dos saberes e da cultura campesina desenvolvidas em múltiplas relações humanas e educativas.

É importante destacar que “quando os neoliberais enfatizam que a educação deve estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, estão se referindo a uma questão muito específica: a urgência de que o sistema educacional se ajuste às demandas do mundo dos empregos” (Gentili, 1996, p. 08). Pode-se perceber que há um consenso, e formulação do enfraquecimento da educação, justificada pela formação de mão de obra, que é o que movimenta o neoliberalismo capitalista.

O neoliberalismo nas Licenciaturas em Educação do Campo também se manifesta através dos desmontes financeiros na educação, como os cortes orçamentários para as universidades públicas, impactando diretamente essas licenciaturas, nas estruturas físicas, quadro de professores e nos subsídios e bolsas destinadas aos discentes. Dentre as medidas que afetam as Licenciaturas em Educação do Campo, podemos citar a Emenda Constitucional nº 95 de dezembro de 2016, conhecida como o “teto de gastos” que congelou os repasses financeiros da educação por 20 anos, com objetivo de controlar a dívida pública, mas que impactou de forma negativa na educação e demais serviços públicos.

A UFPI, possuía contratos e convênios financeiros com a Fundação Cultural de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), que tinha como finalidade dar apoio a execução dos projetos de ensino das LEdoCs na UFPI e responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, o 4º termo aditivo do contrato nº 16/2015 -UFPI/FADEX foi renovado até 30 de outubro de 2022.

Destaca-se também o desmonte das políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que podem sofrer com cortes de recursos. Arroyo (2023), aponta que devemos reconhecer que os direitos democráticos à educação estão sob ameaças, que o próprio sistema democrático é precário, obrigado a se defender cada a dia, ou seu desmonte será inseparável com o desmonte do Estado Democrático de Direito, pois o neoliberalismo, utiliza-se até

mesmo da democracia para justificar seu projeto hegemônico, Gentili (2016), aponta que para o neoliberalismo, a democracia é simplesmente, um sistema político que deve permitir aos indivíduos desenvolver sua inesgotável capacidade de livre escolha na única esfera que garante e potencializa a referida capacidade individual: o mercado.

O fechamento das escolas do campo, também é um reflexo dessa nova racionalidade neoliberal, as políticas emergentes têm levado ao fechamento crescente de escolas do campo, causando a nucleação escolar, centralizando os alunos e reduzindo recursos e, conseqüentemente, diminuindo a demanda e espaço de atuação dos professores formados nas Licenciaturas em Educação do Campo. A cada escola que se abre no campo mais de uma se fecha no processo de exclusão social galopante (Caldart, 2003).

Diante do exposto reafirmamos a necessidade dos movimentos sociais na luta pelo paradigma da Educação do/no Campo.

A reafirmação das lutas pela educação em nossa sociedade tão desigual tem sido uma constante a incentivar o pensamento político, social e pedagógico. Destacamos que somos obrigados a perguntar-nos como tem sido pensada a relação entre desigualdade educacional e desigualdade social. Somos obrigados, ainda, a perguntar-nos sobre que mudanças vêm dos grupos sociais vítimas das desigualdades sociais e educacionais nas formas de pensar essa relação. (Arroyo, 2018, p. 1098)

A luta pela Educação do/no Campo é uma resistência contra a nova racionalidade excludente das forças hegemônicas da classe dominante, que atualmente, se faz forte e presente e que direcionam e perpetuam as desigualdades, moldam pensamentos e determinam relações entre estado, instituições e sociedade.

4 A EMERGÊNCIA DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para Arroyo (2018), os padrões de dominação-subalternização que persistem em nossa história e que o capitalismo radicalizou negam os direitos humanos mais básicos, como trabalho, renda, moradia, saúde, educação e estabelece saberes e valores hegemônicos frequentemente utilizados como meio de controle social das classes dominantes.

Os grupos sociais indígenas, negros, trabalhadores empobrecidos dos campos, das periferias continuam à margem da igualdade cidadã, democrática, social porque não aprenderam esses saberes, valores. Persistem como desiguais na sociedade porque persistem sem a racionalidade, sem os saberes, sobretudo sem os valores que os tornariam em igualdade de condições de disputar a igualdade social. (Arroyo, 2018, p. 1105)

As lutas dos movimentos priorizam uma formação humana integral, alinhada a um projeto de sociedade com justiça social, onde o campo tenha seu papel reconhecido (Molina e Antunes, 2014). Nesse sentido, a Educação do Campo representa não apenas uma crítica ao modelo tradicional de educação rural, mas à construção de uma nova prática educativa, baseada no pensamento camponês e nas necessidades concretas das comunidades (Caldart, 2013) e (Batista e Silva, 2024). Destarte, a implantação das LEdoC's no Piauí, e especificamente na Universidade Federal do Piauí (UFPI), representa um marco na história da formação docente para o campo, reafirmando o compromisso com uma educação pública, contextualizada e socialmente referenciada, construída a partir da resistência e da luta dos sujeitos do campo por seus direitos.

As LEdoC's possuem como foco, promover a formação de docentes por áreas do conhecimento para atuar, de forma interdisciplinar, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio nas escolas do campo (Molina e Hage, 2022). Além disso, buscam preparar educadores para exercer funções de gestão em processos educativos escolares e comunitários. De acordo com o Decreto Presidencial nº 7352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional De Educação na Reforma Agrária - (PRONERA), são escola do Campo, aquelas que atendem predominantemente os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010).

Os cursos de LEdoC's ofertados na UFPI encontram-se distribuídos em quatro campi da instituição de ensino, quais sejam: Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) em Teresina, no qual o curso Ledoc está vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CCE); no Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) em Floriano; no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) em Picos e; no Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) em Bom Jesus. São destinados aos que não possuem formação em nível superior e que sejam vinculados às práticas produtivas e sociais do campo: os residentes em áreas rurais, os participantes de movimentos sociais (bem como de associações, cooperativas e sindicatos de camponeses), e os alunos oriundos de Escolas Técnicas, Agrotécnicas, Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais, Escolas de Assentamentos e demais escolas rurais, conforme UFPI (2020).

Importa destacar que a política de formação docente para o campo, ainda que conquistada por meio de intensa mobilização social, enfrenta desafios em sua consolidação, pois, apesar de representar uma conquista importante na reafirmação do paradigma da Educação do Campo, a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) enfrenta, na atualidade, um processo de desmonte que afeta diretamente seus aspectos financeiros e pedagógicos. Essa fragilização compromete não apenas a efetivação de sua proposta formativa, mas também o próprio acesso e permanência dos sujeitos do campo na universidade.

Na sua implantação, em 2014, iniciou-se a oferta do curso de Licenciatura em Educação do Campo, pelo PROCAMPO/UFPI, o processo seletivo destinado ao preenchimento de 240 (duzentas e quarenta) vagas, no curso de Licenciatura em Educação do Campo realizado duas vezes ao ano, com ampla participação da população. Para Molina (2014), a oferta dos cursos de licenciatura em Educação do Campo, possibilitou o preenchimento de uma lacuna no campus referente à formação humana e social. O processo seletivo destina-se à profissionais da educação em exercício nas escolas do campo da rede pública do Piauí, jovens e adultos de comunidades do campo ou que estudaram em escolas do campo, além de participantes de instituições e movimentos sociais.

No entanto, ao analisar os editais atuais, é possível constatar um declínio nas inscrições das LEdoC's.

Quadro 1- Inscrições efetivadas

SELEÇÕES	Edital 06/2015	Edital 08/2018	Edital 17/2023	Edital 17/2024	Edital 09/2025
Nº DE INSCRITOS	1.835	1.072	227	140	Cancelado

Fonte: Autoria das pesquisadoras, 2025.

De acordo com as inscrições efetivadas nos processos seletivos, é possível verificar uma baixa adesão nos cursos da LEdoC's quando comparado com as primeiras turmas ofertadas. Conforme o edital 17/2024, o processo seletivo destinado ao preenchimento de 240 (duzentas e quarenta) vagas para a entrada correspondente ao primeiro semestre letivo de 2025, apenas 140 (cento e quarenta) matrículas foram efetivadas. Em 2024, foram realizados 2 (dois) processos seletivos para o preenchimento de 480 vagas dos cursos de Educação do

Campo, que não foram preenchidos na sua totalidade, sendo um deles complementar, com 70 vagas que recebeu apenas 49 inscrições no processo seletivo.

Recentemente a UFPI, por meio da Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE), informou o cancelamento do Edital nº 09/2025, referente à seleção para ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Segundo a Copese (2025) a decisão foi tomada por motivos de ordem técnica e administrativa, que impossibilitaram a continuidade do processo seletivo conforme previsto. Dessa forma, foi cancelado o cronograma e todas as etapas do certame.

Diante do exposto quanto a implantação, desestruturação das LEdoC's, e as baixas entradas nas licenciaturas da Educação do Campo, se faz necessário refletir sobre a forma como esses fatores implicam no paradigma da Educação do Campo. Como o esvaziamento dos cursos de licenciatura em Educação do Campo fragiliza a educação para as comunidades rurais? Quais são as consequências das baixas entradas nas LEdoC's para a vida e a subsistência das famílias que vivem da agricultura no Piauí?

Considerando que, as pessoas que residem geograficamente no campo são consideradas populações rurais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, cerca de 997.227 piauienses residiam em áreas rurais, o que corresponde a 30,6% do total da população do Estado, tornando o Piauí, o estado com maior população rural do país. Dessa forma, qual o paradigma da educação destinada a essa população? Seria uma educação rural pautada no modelo capitalista e urbanocêntrico ou há de fato Educação do Campo para as famílias do campo?

Pensando nisso, defende-se que as LEdoC's deem preferências na formação de jovens e adultos que vivem nas comunidades do campo, professores que já atuam nas escolas rurais, e que os cursos sejam ofertados em regiões onde tenham uma maior concentração de comunidades do campo, sendo uma formação que dialogue com a formação pedagógica e realidade da comunidade, com materiais e currículo que incorporem essas especificidades e atendam às demandas da educação básica.

A formação de educadores do campo não cabe em uma perspectiva tradicional, visto que o mesmo deverá necessariamente organizar suas práticas no sentido de promover rupturas, estranhar o que aparece como natural e legal, fazer perguntas, investigar, problematizar a realidade e propor e promover, junto com seus educandos, intervenções nessa realidade. O educador do campo precisa ter a compreensão da dimensão do seu papel na construção de alternativas de organização do trabalho escolar, que ajudem a promover essas transformações na lógica tradicional de funcionamento da escola. (Molina e Antunes-Rocha, 2014, p. 277)

No entanto, há um processo de precarização da Educação do Campo que se inicia com a “Adaptação” das condições do campo à educação escolar, os currículos e da formação dos profissionais (Arroyo, 2007), moldados para uma educação capitalista e guiados por um currículo que não contempla a Educação do Campo, a nucleação, caracterizada pela retirada das população do campo para que sejam “educadas” na cidade e a intensa e veloz redução do número de escolas existentes no território rural, não pode ser vista em separado desse processo (Molina, 2015). O que nos leva a indagar, a quem beneficia essa precarização da Educação do Campo, a desestruturação das LEdoC’s e o baixo ingresso discente? Pois é indubitável que não é a população do campo.

As LEdoC’s visam confrontar esse processo de precarização, que só será possível através da formação específica de profissionais para atuar na Educação do Campo. Assim, refletimos que as baixas entradas nos cursos de Licenciaturas do Campo, nos alerta sobre a fragilidade na implantação desse programa educacional e o risco de retrocesso no paradigma da Educação do Campo, a questão que se coloca é aproximar a população do campo e os profissionais que já atuam nesses espaços, junto aos cursos de Licenciaturas do Campo.

Para que isso ocorra, é imprescindível que se garanta a realização de um vestibular específico, mantendo, necessariamente, o caráter de política afirmativa do PROCAMPO, a ação dos movimentos sociais nas LEdoC’s e a vinculação desses cursos com as Escolas do Campo, (Molina, 2015). Há também, a urgência do Estado assumir como dever, como política pública, a educação dos povos do campo, estabelecendo políticas de autonomia, qualificação, de estabilidade, (Arroyo, 2007), além de um plano de carreira sólido e melhores condições de trabalho para os profissionais que atuam na Educação do Campo, assim como maior espaço para esses profissionais nos concursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Licenciaturas em Educação do Campo são uma conquista significativa dos movimentos sociais do campo. As LEdoC’s visam a formação de profissionais que atuem na Educação do Campo, porém, são muitos os desafio que ameaçam sua efetividade e continuidade, entre elas, o projeto neoliberal que ganha cada vez mais espaço, reduz a ação do governo, moldam as relações sociais e econômicas através de cortes orçamentários destinados à educação, a formação dos currículos educacionais pautados no neoliberalismo capitalista a ausência melhores condições de trabalho e espaço nos concursos públicos para os profissionais da Educação do Campo.

A influência do neoliberalismo nas Licenciaturas em Educação do Campo é um tema basilar e complexo, que envolve compreender as correlações de forças do Estado e atuação do projeto neoliberal capitalista. É uma discussão marcada por tensões entre a lógica de mercado que acentuam as desigualdades e exclusões e os princípios de uma educação contextualizada e libertadora para as populações rurais.

Uma das manifestações mais claras do neoliberalismo e que incidem diretamente nas LEdoC's, é o corte de investimentos públicos, que precariza essas licenciaturas, o trabalho docente e afeta os programas de permanência estudantil; destaca-se também a formação dos currículos educacionais que colocam a educação subordinada às necessidades do mercado de trabalho; e o fechamento das escolas do campo e rurais que reduzem a área de atuação dos docentes formados pelas LEdoC's.

Diante do exposto, torna-se inquietante, a severa redução na busca pelas LEdoC's da UFPI, com a queda brusca nas inscrições efetivadas nos últimos processos seletivos dessas licenciaturas e ainda mais preocupante, o cancelamento do último edital de seleção, excluindo assim, a população do campo que manifestaram interesse por essas licenciaturas, diante de um contexto tão desafiador, essa redução nas matrículas efetivadas e o cancelamento de editais pode se caracterizar como um retrocesso no paradigma da Educação do/no Campo.

Torna-se necessário evidenciar a urgência em se defender as Licenciaturas em Educação do Campo para que não haja o desmonte dessa política pública, e fortalecer a ação dos movimentos sociais pela luta de uma Educação do/no Campo, para assim, assegurar a população rural e campesina o direito ao ensino superior e a uma educação contextualizada com a com suas vivências e realidades capaz de pensar e transformar um novo modelo de sociedade, assim, fazendo com que seja executada a política educacional para Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=p>

ARROYO, Miguel G. Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 68, p. 143-162, dez. 1999.

BATISTA, O. A.; SILVA, M. do S. P. da. Os camponeses na universidade: entre a realidade do ensino básico no campo e a luta pela permanência no ensino superior. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)**, 29, e 024009. 2024
<https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id276830>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 212, p. 1, 5 nov. 2010. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das disposições constitucionais, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 241,p.1-2 Dez. 2016.

CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem fronteiras, v.,n.1,p 60-81,jan./jun.2003.

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Mimeo. 2015

COPESE/UFPI.LEDOC 2025-02. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <https://copese.ufpi.br/copese2/materiais/index/mostrar/id/13893>. Acesso em: 14 jun.2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8 ed.rev. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo. “**Neoliberalismo e educação: manual do usuário**”. In: Silva, Tomaz Tadeu & Gentili, Pablo (orgs.), Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo, Brasília, CNTE, 1996, p. 9–49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 14 maio 2025.

LAVAL, C; DARDOT, P. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo,2014.

LIBÂNEO, José C. As teorias pedagógicas modernas ressignificadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José C.; SANTOS, Akiko (Orgs.) Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Alínea, 2005. p. 19–62

MOLINA, M.C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

MOLINA, M. C. e ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronex e o Procampo. **Rev. Reflex** [online]. 2014, vol.22, n.2, pp.220-253

MOLINA, M. C. .; HAGE, S. A. M.; MARTINS, M. de F. A.; PEREIRA, M. F. R. . LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DE SEUS EGRESSOS. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 458–475, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i2.72097. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72097>. Acesso em: 3 maio. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Editais. **Processos seletivos para os cursos de licenciatura em educação do campo (LEdoC)** Disponível em: < <https://copese.ufpi.br/copese2/index/pagina/id/533>> Acesso em: 08 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Licenciatura em Educação do Campo – LEDOC/CSPE**. UFPI, 2020. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ledoc-cspe>. Acesso em: 03 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ; FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO. **4º aditivo do contrato nº 16/2015**. Teresina,PI: 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO)**. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Floriano: Universidade Federal do Piauí, Campus Amílcar Ferreira Sobral – CAFS, 2013.